



SENADO FEDERAL

**TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 2023/0023**

que entre si celebram o **SENADO FEDERAL**  
e o **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL -**  
**CJF.**

O **SENADO FEDERAL**, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, doravante denominado SENADO, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília – DF, CEP: 70165-900, neste ato representado por sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, tendo a COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA – COBIB na qualidade de órgão executivo, e o **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**, doravante denominado CJF, CNPJ nº 00.508.903.0001-88, com sede no SCES, Lote 9, Trecho 3, Polo 8, Brasília-DF, CEP nº 70.200-003, neste ato representado pelo Diretor da Diretoria Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas, o Sr. LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO, resolvem celebrar o presente TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA, em conformidade com o que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; no que couber, o Decreto nº 10.426, de 2020, e alterações vigentes; a Política de Contratações do Senado Federal (Anexo V do Ato da Comissão Diretora nº 14/2022); o Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022; e as Cláusulas e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA tem como objeto tornar disponível à Biblioteca do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do CJF o Sistema Informatizado de Gerenciamento de Bibliotecas (doravante SIB), administrado pela Biblioteca do Senado Federal, possibilitando a alimentação e atualização das bases de dados bibliográficos e administrativos com informações de sua Biblioteca e o uso de catálogo bibliográfico da Rede Virtual de Bibliotecas (doravante RVBI), mediante utilização de equipamentos de processamento de dados de sua propriedade.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Modificações no Objeto dessa cooperação, assim como situações não previstas, como novos serviços a serem implementados e prestados, implicarão na assinatura de termos aditivos a este TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA.





## SENADO FEDERAL

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS NORMAS REFERENTES À ADMISSÃO E PERMANÊNCIA DE BIBLIOTECAS COOPERANTES NA RVBI**

As normas, procedimentos e metas referentes à admissão e permanência de bibliotecas cooperantes na RVBI e os serviços do sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas utilizados nas atividades de alimentação, manutenção e consulta da RVBI estão descritos nas Normas para Participação de Bibliotecas Cooperantes (Anexo I) e no Mapa das áreas núcleo e periféricas para a indexação de documentos da RVBI (Anexo II).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA BIBLIOTECA DO SENADO**

Constituem obrigações e responsabilidades da Biblioteca do Senado Federal a serem executadas pelo Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (SEGER), doravante denominado Gerência da RVBI:

- I -** Integrar e coordenar Grupo de Trabalho para analisar solicitação de ingresso de biblioteca cooperante à RVBI;
- II -** Avaliar, periodicamente, os atuais integrantes da Rede, propondo soluções para problemas e recomendando a permanência ou exclusão de bibliotecas da Rede;
- III -** Atuar como único canal de comunicação, por meio da Gerência da RVBI, entre a Biblioteca Cooperante, o PRODASEN e a empresa contratada para a manutenção e suporte ao SIB;
- IV -** Apreciar e deliberar sobre os serviços de customização e parametrização do SIB solicitados pelas bibliotecas cooperantes, cuja execução está condicionada aos recursos técnicos disponíveis pela Biblioteca do Senado e pelo fornecedor do suporte ao sistema;
- V -** Supervisionar e atestar a capacitação técnica dos operadores para a alimentação das bases de dados do SIB, controlando *logins*, senhas e níveis de acesso aos serviços;
- VI -** Informar às bibliotecas cooperantes a respeito das ocorrências de problemas detectados no SIB e das providências tomadas para solucioná-los;
- VII -** Comunicar às bibliotecas cooperantes, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias úteis, a suspensão de acesso às bases de dados, ressalvados problemas técnicos emergenciais;
- VIII -** Coordenar a alimentação das bases de dados bibliográficos, administrativos e de autoridades, sob os aspectos de qualidade e de integridade das informações;
- IX -** Redigir e manter atualizados os manuais de entrada de dados e de padronização das informações bibliográficas e divulgar todas as alterações relativas às atividades descritas nesses manuais;





## SENADO FEDERAL

- X -** Convocar, sempre que julgar necessário, qualquer profissional de biblioteca cooperante para capacitação de atualização, por meio de treinamento ou de estágio na Biblioteca do SENADO;
- XI -** Promover reuniões entre os representantes das bibliotecas cooperantes, sempre que se fizer necessário, para a deliberação sobre assuntos técnicos e administrativos de interesse da RVBI;
- XII -** Elaborar e manter atualizados os manuais de trabalho adotados na RVBI e comunicar todas as alterações pertinentes;
- XIII -** Coordenar a distribuição dos títulos de periódicos que serão indexados pelas bibliotecas cooperantes;
- XIV -** Fornecer às bibliotecas cooperantes, em caso de desligamento da RVBI, os arquivos das bases de dados referentes ao seu acervo, caso estejam em estrutura de banco de dados sob a sua guarda;
- XV -** Emitir instrução normativa, no início de cada ano comercial, para a definição do valor descrito na Cláusula Oitava; e
- XVI -** Prestar contas, anualmente, acerca dos custos anuais para execução e manutenção do SIB da RVBI.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO PRODASEN

Constituem obrigações e responsabilidades do PRODASEN:

- I -** Proporcionar as condições técnicas (infraestrutura de rede de comunicação e ou de banco de dados) necessárias para a alimentação do catálogo bibliográfico da RVBI;
- II -** Manter atualizados e disponíveis a estrutura que permite o funcionamento do Sistema Informatizado de Gerenciamento de Bibliotecas e as bases de dados a ele relacionadas, não se obrigando a desenvolver soluções que não estejam contempladas na solução tecnológica adotada pela RVBI;
- III -** Manter a Biblioteca do SENADO permanentemente informada a respeito do andamento das soluções para os problemas eventualmente detectados no SIB e na plataforma que permite o seu funcionamento;
- IV -** Fornecer orientação, indicando as características técnicas dos equipamentos e *softwares* compatíveis com o SIB e com a estrutura informática do Senado Federal, a serem providenciadas pelas Bibliotecas Cooperantes;





## SENADO FEDERAL

**V -** Comunicar à Biblioteca do Senado Federal, com a antecedência mínima de 2 (dois) meses, qualquer mudança na configuração da infraestrutura de tecnologia da informação que implique a compatibilização com o SIB ou seus equipamentos e programas; e

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Nenhuma responsabilidade caberá ao PRODASEN pela manutenção dos equipamentos contratados pelas bibliotecas cooperantes, nem pelos defeitos nos meios de comunicação de dados dessas instituições, utilizados na conexão com sistemas abrigados na infraestrutura de TI do Senado Federal.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA BIBLIOTECA COOPERANTE**

Constituem obrigações e responsabilidades da Biblioteca Cooperante:

**I -** Providenciar a locação ou a aquisição dos equipamentos e *softwares* para a conexão física e lógica dos equipamentos localizados na Biblioteca Cooperante com o SIB, assumindo todos os encargos financeiros e responsabilidades decorrentes da conexão;

**II -** Enviar solicitações de serviços técnicos relacionados com o SIB diretamente à Biblioteca do Senado por intermédio da Gerência da RVBI;

**III -** Manter a Gerência da RVBI atualizada quanto às alterações de dados cadastrais institucionais, do titular e dos profissionais, bem como da política de aquisição que afetem os compromissos assumidos no processamento técnico dos materiais bibliográficos previstos na Política de Processamento Técnico da RVBI (Anexo I, item 3);

**IV -** Incluir as informações nas bases de dados bibliográficos e administrativos, de acordo com o estabelecido nos manuais de entrada de dados e de processamento técnico e com as Normas para Participação de Bibliotecas Cooperantes (Anexo I);

**V -** Contribuir para a estruturação do catálogo de autoridades da RVBI por meio de sugestões de novos termos para o Vocabulário Controlado Básico (VCB) e entradas para a base de Autorias Padronizadas (AUTR);

**VI -** Participar de todos os grupos de trabalhos técnicos convocados pela Gerência da RVBI, relacionados com os interesses das bibliotecas da Rede;

**VII -** Apresentar, à Biblioteca do Senado, a relação dos títulos de periódicos indexados sob a sua responsabilidade, comprometendo-se a elaborar, semestralmente, relatório do andamento dos trabalhos de indexação;

**VIII -** Escolher novos títulos de periódicos para indexação, sempre que os anteriormente selecionados forem descontinuados ou substituídos por outros de interesse das bibliotecas da RVBI;





## SENADO FEDERAL

- IX** - Participar das reuniões promovidas pela Biblioteca do SENADO, mantendo seu pessoal técnico atualizado quanto às decisões tomadas nessas reuniões;
- X** - Atender as solicitações feitas pela Biblioteca do SENADO observando os prazos informados nos comunicados, quando cabíveis;
- XI** - Participar de ações de capacitação técnica com o objetivo de padronização de procedimentos na RVBI, promovidos pelo Senado Federal ou por instituições cooperantes;
- XII** - Capacitar novos profissionais incorporados à sua biblioteca, de acordo com normas e padrões da RVBI;
- XIII** - Providenciar treinamentos para novos operadores do SIB para fins de liberação de acesso aos módulos de trabalho, a ser fornecido pelo SEGER;
- XIV** - Manter, em seu quadro de pessoal, os recursos humanos necessários ao cumprimento dos objetivos, compromissos e metas estabelecidos neste TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA e nas Normas para Participação de Bibliotecas Cooperantes (Anexo I), com, no mínimo, 3 (três) bibliotecários para assumir funções de Bacharéis de Biblioteconomia estabelecidas na Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962;
- XV** - Cumprir a política de empréstimo entre as bibliotecas da RVBI, estabelecida nas Normas para Participação de Bibliotecas Cooperantes (Anexo I); e
- XVI** - Fornecer informações que subsidiarão o processo de avaliação de sua participação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Além da anuidade, a Biblioteca Cooperante deverá arcar com os custos próprios, inerentes às obrigações assumidas através deste instrumento, de acordo com a Cláusula Quinta e o estabelecido nas Normas para Participação de Bibliotecas Cooperantes (Anexo I).

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Instalação, pelas bibliotecas cooperantes, de componentes de *software* e de *hardware* que visem à interação com o sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas deverá ser custeada pelas próprias, após análise de viabilidade pelo SENADO.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES PARA CESSÃO DOS DADOS DAS BASES DA RVBI**

O repasse de arquivos contendo informações bibliográficas e administrativas e de autoridades para qualquer biblioteca cooperante será decidido pelas bibliotecas da RVBI.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A biblioteca cooperante que receber os arquivos contendo informações para a utilização em qualquer outra aplicação de *software*, por ela própria ou por empresa contratada, será responsável pelo não fornecimento deste conjunto para qualquer outra empresa/instituição.





## SENADO FEDERAL

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os detalhamentos de formato, de periodicidade, de acesso etc. dos dados serão tratados em Termo aditivo ou Anexo específico.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESLIGAMENTO DE BIBLIOTECA COOPERANTE

O desligamento de Biblioteca Cooperante da RVBI poderá ocorrer a pedido ou por decisão da Biblioteca do SENADO.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Biblioteca do SENADO, por meio da Gerência da RVBI, fará o acompanhamento regular da atuação de cada Biblioteca Cooperante, analisando sua produtividade, qualidade, eficácia e desempenho, de acordo com as Normas para Participação de Bibliotecas Cooperantes (Anexo I);

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Constatando-se o não cumprimento das condições estabelecidas no TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA e nas Normas para Participação de Bibliotecas Cooperantes, por um período maior do que 12 (doze) meses, será elaborado relatório detalhado, solicitando o desligamento da biblioteca da RVBI.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A Biblioteca do SENADO poderá bloquear o acesso de operadores ao SIB após comprovar, por meio de relatórios de produtividade e qualidade, que o trabalho realizado nas bases de dados da RVBI causa prejuízo à uniformidade das informações do catálogo coletivo da RVBI.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A biblioteca desligada receberá os arquivos referentes aos seus metadados bibliográficos e administrativos, devendo escolher o formato nos quais os dados serão fornecidos (entre os oferecidos pelo Senado Federal).

### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO DAS ANUIDADES

Para participar da RVBI, o CJF deverá repassar ao SENADO, no primeiro ano, o valor de **R\$ 57.004,29** (cinquenta e sete mil, quatro reais e vinte e nove centavos), referente aos custos de infraestrutura e de serviços oferecidos pelo SENADO com o SIB, instalado no PRODASEN, observado, no que couber, o disposto nos Decretos nº 6.170/2007 e nº 10.426/2020.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O valor da anuidade para o segundo ano de vigência e para os demais períodos subsequentes, em caso de prorrogação, será definido em Instrução Normativa emitida pela Biblioteca do SENADO, com reajuste estabelecido por índice de preço adotado pelo Senado, o que deverá constar no texto do TED, e deverá ser repassado da seguinte forma:

**I** – No caso da primeira anuidade, até 30 (trinta) dias após o início da vigência do TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA; e





## SENADO FEDERAL

**II** – No caso da segunda, terceira, quarta e quinta anuidade, até 30 (trinta) dias após a publicação da Instrução Normativa no Diário Oficial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O repasse da anuidade será realizado:

**I** – pelo SIAFI: no caso das entidades cujos recursos sejam oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e que façam parte do SIAFI, mediante simples registro das informações (emissão de respectiva Nota de Crédito e Notas de Programação Financeira);

**II** – por GRU: apenas para instituições que não fizerem parte do SIAFI, com recolhimento à Conta única do Tesouro Nacional, para que tais recursos estejam disponíveis ao Senado Federal.

### CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do alcance dos objetivos técnicos e metas, estabelecidos nas Normas para Participação de Bibliotecas Cooperantes, e a gestão deste TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA serão de responsabilidade da Biblioteca do SENADO, por intermédio do Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas (SEGER).

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caberá ao CJF designar servidor(a)(e)(s) de seu quadro funcional que far(á)(ão) o acompanhamento e a fiscalização da plena execução do presente instrumento.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA

As partes poderão denunciar este TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA a qualquer tempo, mediante comunicação prévia, por escrito, de 60 (sessenta) dias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Ocorrendo a denúncia, serão tomadas as necessárias providências para a salvaguarda dos trabalhos, ficando assegurado o prosseguimento das atividades em curso até seu término.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA terá vigência inicial de 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante Termo Aditivo, até prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica estabelecido o foro da Justiça Federal, em Brasília, para dirimir qualquer questão suscitada em decorrência do presente TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA.





Processo nº 00200.014175/2022-61

## SENADO FEDERAL

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas.

Brasília-DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**ILANA TROMBKA**  
**DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**

**LUIZ ANTONIO**  
**DE SOUZA**  
**CORDEIRO:1075**

Assinado de forma digital por LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO:1075  
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justica - AC-JUS, ou=21308480000122, ou=Videoconferencia, ou=Cert-JUS Institucional - A3, ou=Conselho da Justica Federal - CJF, ou=SERVIDOR, cn=LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO:1075  
 Dados: 2023.10.20 17:37:22 -03'00'

**LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO**  
**DIRETOR DA DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E DE GESTÃO DE PESSOAS**

**Testemunhas:**

**Diretor da SADCON**

**Coordenador da COPLAC**

U:\COPLAC\SECON\SECON2023\MINUTAS\MINUTAS (RVBI)\CJF - NOVO TED (RVBI) - 014175 2022 (KC).doc





SENADO FEDERAL

**ANEXO I****Normas para a participação de bibliotecas cooperantes****1 Objetivos**

- 1.1. Estabelecer as providências que deverão ser adotadas pelos participantes da Rede Virtual de Bibliotecas - RVBI para cumprimento dos objetivos propostos nos Convênios de Cooperação Técnica e Termos de Execução Descentraliza (TED).
- 1.2. Definir metas de produtividade para manutenção do catálogo coletivo bibliográfico da RVBI.
- 1.3. Fixar compromissos, entre as partes envolvidas, para manter a uniformidade e a qualidade no tratamento das informações do catálogo coletivo bibliográfico da RVBI.
- 1.4. Estabelecer o equilíbrio na participação das instituições cooperantes.

**2 Sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas**

O sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas, utilizado pelo Senado Federal para formação da RVBI, é uma ferramenta completa e eficaz, que gerencia os fluxos de trabalho desde o processo de aquisição de documentos bibliográficos até a recuperação das informações no catálogo coletivo.

**2.1. Bases de dados bibliográficos e administrativos**

Os dados bibliográficos e administrativos das bibliotecas da RVBI, seus serviços e produtos são gerenciados pelas seguintes funcionalidades do sistema de gestão de bibliotecas:

- 2.1.1. Aquisição & Controle de periódicos: cadastro de fornecedores; controle de orçamentos, pedidos (livros e periódicos) e faturas; inclusão, alteração e exclusão de exemplares relacionados a um determinado registro bibliográfico; administração do recebimento e acompanhamento dos periódicos, programação de fascículos esperados, registro da chegada e emissão de cobranças. A RVBI utiliza o sistema descentralizado, no qual cada biblioteca gerencia suas aquisições separadamente;
- 2.1.2. Catalogação: inclusão, alteração e exclusão de registros da base bibliográfica, de acordo com as normas de processamento técnico adotadas na RVBI;
- 2.1.3. Circulação: cadastro de usuários e controle de empréstimos, devoluções, reservas, aplicação de multas e outras atividades pertinentes;
- 2.1.4. OPAC-GUI: navegação por todos os módulos de serviços, através da pesquisa por índices específicos, por palavras ou, diretamente, por identificador único (número de sistema, código de barras, ISBN etc.).





## SENADO FEDERAL

- 2.2.1. Formado pelo Vocabulário Controlado Básico (VCB) e Autorias Padronizadas (AUTR), destina-se à indexação de documentos e a sua recuperação no catálogo bibliográfico da RVBI.
  - 2.2.2. O VCB contém termos conceituais para indexação dos documentos bibliográficos. A AUTR contém nomes padronizados para estabelecimento de entradas e para a indexação.
  - 2.2.3. A gestão do catálogo de autoridades é feita pelo SEGER - Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), a partir de sugestões das bibliotecas cooperantes ou por iniciativa própria do SEGER.
- 2.3. Base de dados de autoridades para uso nos campos LKR e outros
- 2.3.1. Denominada SEN11, é composta por pontos de acesso autorizados para uso nos campos 040, 856, LKR e outros, com a finalidade de garantir a padronização da informação bibliográfica.
  - 2.3.2. A gestão da base SEN11 é feita pelo SEGER - Serviço de Gerência da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), a partir de sugestões das bibliotecas cooperantes ou por iniciativa própria.
- 2.4. Base de dados de sugestões
- 2.4.1. A base de sugestões é formada por sugestões de novos descritores e nomes para o catálogo de autoridades, inseridas pelos catalogadores da RVBI.
  - 2.4.2. A gestão dessa base de dados é feita pelo SEGER.
- 2.5. Funções de administração
- 2.5.1. Administração de operadores do sistema de gestão de bibliotecas: controle de permissões de acesso às funcionalidades do sistema, por *logins* e senhas. Funcionalidade disponível somente para os administradores do sistema, no SEGER;
  - 2.5.2. Parametrização e configuração do sistema de gestão de bibliotecas: a parametrização e configuração do sistema, quando cabível, será de responsabilidade exclusiva do SEGER quando se tratar de codificações que interferem no catálogo coletivo.
  - 2.5.3. As necessidades de parametrização específicas de cada uma das bibliotecas (criação de coleções, de categorias de usuários e similares) poderão ser efetuadas por servidores indicados por cada umas das bibliotecas, após o treinamento específico.
  - 2.5.4. Caberá ao SEGER a avaliação da capacitação das equipes das bibliotecas para realizar as intervenções do item 2.6.3.
  - 2.5.5. As parametrizações descritas em 2.6.3 deverão ser padronizadas de acordo com instruções do SEGER para que seja garantida a uniformidade do sistema e a recuperação de dados por meio de serviços comuns às bibliotecas.
- 3.1. Gerais
- 3.1.1. A política de processamento técnico da RVBI define padrões e metas para o tratamento da informação bibliográfica, que influencia diretamente na





## SENADO FEDERAL

- padronização e na quantidade de documentos a serem incluídos no catálogo coletivo e, em casos específicos, nas bases de dados administrativos.
- 3.1.2. O catálogo coletivo da RVBI é formado por documentos bibliográficos como livros, folhetos, periódicos, analíticas de periódicos e de monografias, mapas, multimeios, entre outros, e seus correspondentes em meio eletrônico.
- 3.1.3. O conteúdo desses materiais deverá estar de acordo com o Mapa das áreas núcleo e periféricas da RVBI (Anexo III).
- 3.1.4. É vedada a inclusão de planilhas com descrição de documentos arquivísticos, museológicos, processuais, jurisprudenciais ou quaisquer outros documentos não previstos na política de processamento técnico.
- 3.2. Padronização da informação
- 3.2.1. Para manter a uniformidade e a qualidade dos registros bibliográficos no catálogo coletivo da RVBI, é imprescindível a adoção de normas de descrição física e de conteúdo.
- 3.2.2. O catálogo coletivo da RVBI adota padrões internacionais de processamento, constantes no Código de Catalogação Anglo-Americano II (AACR2), no formato de intercâmbio bibliográfico MARC21, nos esquemas de classificação - Classificação decimal universal, Classificação decimal de Dewey e Classificação de Direito Dóris de Carvalho -, além de campos locais criados especialmente para atender à estrutura de rede cooperativa.
- 3.2.3. Os instrumentos básicos de apoio ao processamento técnico na RVBI são:
- 3.2.3.1. O manual Descrição bibliográfica: diretrizes para a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI;
- 3.2.3.2. O manual Análise e representação de assuntos: diretrizes para a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI;
- 3.2.3.3. Catálogo de autoridades da RVBI;
- 3.2.3.4. Circulares técnicas elaboradas pela Gerência da RVBI;
- 3.2.3.5. O manual Periódicos: registro e descrição de itens na Rede Virtual de Bibliotecas - RVBI
- 3.2.4. A realização de reunião técnica, geral ou individual, com o comparecimento obrigatório de representantes das bibliotecas cooperantes, acontecerá sempre que se fizer necessária. A reunião será documentada por meio de ata, quando pertinente, e terá como objetivos:
- 3.2.4.1. estabelecer critérios para padronização dos dados cadastrados nas bases de dados;
- 3.2.4.2. identificar problemas encontrados nos documentos das bases bibliográficas e administrativas, analisá-los sob o aspecto da qualidade e distribuí-los para correções, conforme as situações;
- 3.2.4.3. discutir e informar sobre novas normas e/ou critérios de tratamento de material bibliográfico.
- 3.3. Metas de produção
- 3.3.1. Cada biblioteca deverá alimentar o catálogo coletivo com registros bibliográficos de monografias (livros, folhetos, mapas, outros) e analíticas





## SENADO FEDERAL

- (artigos de revistas e capítulos de livros) de forma a cumprir as metas de produtividade definidas a seguir.
- 3.3.2. Em casos excepcionais, as metas de livros e artigos poderão ser somadas para compensação de situações atípicas relacionadas à aquisição vivenciadas pelas bibliotecas em determinado período.
- 3.3.3. Catalogação e indexação de livros, folhetos e outros materiais
- 3.3.3.1. Cada biblioteca será responsável pelo processamento mensal de, no mínimo, 60 (sessenta) documentos novos, por catalogador.
- 3.3.3.2. Caso o acervo de monografias da biblioteca participante seja coincidente no acervo da RVBI, a produtividade deve ser aumentada, ou complementada, com a inclusão de analíticas (capítulos de livros de coletâneas). Maiores detalhamentos encontram-se nos manuais de trabalho.
- 3.3.4. Catalogação e indexação de periódicos
- 3.3.4.1. Cada biblioteca será responsável pelo processamento mensal de, no mínimo, 60 (sessenta) artigos de periódicos por catalogador.
- 3.3.4.2. Os títulos de periódicos que serão indexados serão definidos pelo SEGER e pela biblioteca participante, levando-se em conta a sua periodicidade, o número de catalogadores/indexadores e a quantidade de periódicos correntes no acervo da biblioteca cooperante.
- 3.4. Gestão das coleções de periódicos
- 3.4.1. É obrigatória a alimentação de itens das coleções de periódicos, visando a manutenção do sistema automatizado de registro de fascículos e à efetiva ligação do artigo indexado com o fascículo onde foi publicado. Dessa forma, é possível identificar a biblioteca que possui o fascículo e, assim, manter um catálogo único de periódicos.
- 3.4.2. As bibliotecas cooperantes deverão adotar os padrões indicados no manual *Periódicos: registro e descrição de itens na Rede Virtual de Bibliotecas - RVBI* para a codificação e a descrição de fascículos das coleções de jornais e periódicos.
- 3.5. Biblioteca digital
- 3.5.1. A conexão do registro bibliográfico ao texto integral é fator fundamental para a ampliação do acesso à informação bibliográfica. Portanto, é recomendável a inclusão de URL no campo 856, do formato MARC 21, nos documentos do catálogo bibliográfico, para permitir o acesso aos textos integrais dos documentos depositados nas bibliotecas digitais das instituições cooperantes da RVBI, como também em repositórios externos.
- 3.5.2. As bibliotecas cooperantes deverão adotar os padrões indicados para descrição do campo 856.
- 3.6. Sugestões ao catálogo de autoridades
- 3.6.1. As bibliotecas participantes da RVBI ficam obrigadas a colaborar na atualização dos descritores do Vocabulário Controlado Básico (VCB) e das entradas em Autorias Padronizadas (AUTR), que compõem o catálogo de autoridades da RVBI.





## SENADO FEDERAL

3.6.2. A participação das bibliotecas na estruturação dos termos é fundamental para a atualização do catálogo de autoridades, por constituir o principal instrumento de trabalho utilizado na indexação e na pesquisa de livros, folhetos, periódicos e outros documentos bibliográficos.

### 3.7. Integração com o LeXML

3.7.1. A política de processamento técnico da RVBI deverá permitir a integração do catálogo biobibliográfico com as informações constantes na Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LexML) por meio da associação de registros bibliográficos da área do direito com a legislação brasileira.

O LexML é um portal governamental, especializado em informação jurídica e legislativa, com o objetivo de reunir leis, decretos, acórdãos, súmulas, projetos de leis entre outros documentos das esferas federal, estadual e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o Brasil: uma rede de informação legislativa e jurídica que pretende organizar, integrar e dar acesso às informações disponibilizadas nos diversos portais de órgãos do governo na Internet. (<http://projeto.lexml.gov.br/documentacao/destaques-lexml#o-que-lexml>).

3.7.2. As bibliotecas da RVBI, quando convocadas pelo SEGER, deverão participar das alterações e ajustes no catálogo bibliográfico, para aumentar o padrão e a qualidade das informações.

3.7.3. Em caso de descontinuação ou substituição do LexML, por decisão dos seus idealizadores, a política de integração do catálogo bibliográfico com o seu substituto permanecerá, respeitadas as especificidades técnicas e operacionais.

## 4 Política de complementariedade de acervos Empréstimos entre bibliotecas (EEB)

4.1.1. Fica estabelecido que as bibliotecas da RVBI emprestarão entre si até 15 (quinze) itens bibliográficos, sem restrição de ano de publicação ou edição, pelo prazo de 15 dias, renováveis por mais 15, caso não existam reservas para outros usuários.

4.1.2. De acordo com suas necessidades, cada biblioteca criará uma reserva especial destinada a atender seus usuários prioritários, com obras que ficarão temporariamente indisponíveis para o empréstimo entre as bibliotecas.

### 4.2. Fornecimento de cópias

4.2.1. As bibliotecas deverão fornecer, sem custos, cópias de documentos demandados pelas bibliotecas da RVBI, respeitada a política brasileira de direitos autorais.

### 4.3. Solicitações da comunidade

4.3.1. As solicitações da comunidade externa à RVBI, relacionadas com o fornecimento de cópias de documentos, recebidas por meio dos canais de comunicação gerenciados pelo Serviço de Gerência da RVBI (fale conosco, *e-mail* ou outro equiparado) serão distribuídas às bibliotecas da Rede que





## SENADO FEDERAL

- possuírem as obras nos seus acervos locais, cujo atendimento observará as suas regras internas, além da política brasileira de direitos autorais;
- 4.3.2. A biblioteca que receber a mensagem do SEGER e não puder fazer o atendimento encaminhará a solicitação a uma outra biblioteca da RVBI que possua as obras no seu acervo, sucessivamente até que todas que possuírem as obras sejam contatadas;
- 4.3.3. Esgotadas as possibilidades de atendimento, a última biblioteca contatada fará a comunicação com o usuário externo solicitante enviando-lhe as necessárias justificativas.
- 5.1. Os treinamentos serão obrigatórios para a utilização do sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas adotado pela RVBI.
- 5.2. Gestão do catálogo bibliográfico
- 5.2.1. A Biblioteca do Senado organizará treinamentos específicos de processamento técnico, sempre que necessário, para manter a uniformidade do tratamento documental.
- 5.2.2. Em casos específicos, a Biblioteca do Senado convocará, sempre que julgar necessário, qualquer profissional de biblioteca cooperante para uma reciclagem, por treinamento ou estágio na Biblioteca do Senado.
- 5.2.3. Para treinamentos específicos de processamento técnico – descrição bibliográfica e análise de assuntos – serão exigidos do provável treinando o conhecimento sobre as seguintes ferramentas adotadas pela RVBI:
- 5.2.3.1. código de catalogação (AACR2 ou RDA);
- 5.2.3.2. esquemas de classificação (CDU, CDD e CDDir);
- 5.2.3.3. formato de registro em máquina (MARC 21 ou outro);
- 5.2.3.4. instrumentos de controle terminológico na indexação (catálogo de autoridades da RVBI).
- 5.2.4. O SEGER poderá suspender as permissões de operadores após verificar a falta de treinamento para a execução de funções que causem impactos negativos na qualidade da informação bibliográfica do catálogo coletivo.
- 5.3. Módulos do sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas
- 5.3.1. Os treinamentos nos módulos do sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas são de responsabilidade das bibliotecas cooperantes, assim como seus custos, devendo ser contratados diretamente com a empresa fornecedora do sistema.
- 5.3.2. A criação de usuário do sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas, para acesso aos seus módulos, concedidas aos profissionais das bibliotecas participantes, somente será efetivada pelo SEGER após os treinamentos específicos.
- 5.3.3. Na impossibilidade de se alcançar número mínimo de alunos para contratação do treinamento, os novos servidores poderão ser treinados por servidor mais experiente, que tenha capacitação certificada nos módulos específicos.
- 5.4. Treinamentos promovidos pelas Bibliotecas Cooperantes





## SENADO FEDERAL

5.4.1. As bibliotecas cooperantes deverão oferecer, à Biblioteca do Senado, 2 (duas) vagas de participação nos treinamentos promovidos por suas instituições, cujos conteúdos programáticos sejam pertinentes com os objetivos e com o funcionamento da RVBI.

### 6 Cessão de dados das bases da RVBI

- 6.1. O repasse de arquivos contendo informações do catálogo da RVBI para qualquer biblioteca será decidido pelas bibliotecas cooperantes da RVBI, ficando vedada a cessão para finalidades comerciais;
- 6.2. A instituição que receber os arquivos contendo informações para a utilização em qualquer aplicação de software, por ela própria ou por empresa contratada, será responsável pelo não fornecimento desse conjunto para qualquer outra empresa/instituição;
- 6.3. Os detalhamentos de formato, periodicidade, acesso etc. dos dados serão tratados em Termo aditivo ou Anexo específico.

### 7 Desligamento de biblioteca cooperante

- 7.1. O desligamento de biblioteca cooperante da RVBI poderá ocorrer a pedido ou por decisão da Biblioteca do Senado Federal:
  - 7.1.1. A Biblioteca do Senado, por meio da Gerência da RVBI, fará o acompanhamento regular da atuação de cada biblioteca cooperante, analisando sua produtividade, qualidade, eficácia e desempenho;
  - 7.1.2. Constatando-se o não cumprimento das condições estabelecidas no TED e nestas Normas para Participação de Bibliotecas Cooperantes, por um período maior do que 12 (doze) meses, será elaborado relatório detalhado solicitando o desligamento da biblioteca da RVBI;
  - 7.1.3. A Biblioteca do Senado poderá bloquear o acesso de operadores ao SIB após comprovar, por meio de relatórios de produtividade e qualidade, que o trabalho realizado nas bases de dados da RVBI causa prejuízo à uniformidade das informações do catálogo coletivo da RVBI;
  - 7.1.4. A biblioteca desligada receberá os arquivos contendo os seus metadados bibliográficos e administrativos, devendo escolher o formato de arquivo dentre os oferecidos pela Biblioteca do Senado Federal.







## SENADO FEDERAL

**ANEXO III – PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA  
Nº 2023/0023**

<b>1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA</b>
<p><b>a) Unidade Descentralizadora e Responsável</b>  Nome do órgão ou entidade descentralizadora: Conselho da Justiça Federal (CJF)  Nome da autoridade competente: Luiz Antônio de Souza Cordeiro  Número do CPF: 097.834.401-44  Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:  Divisão de Biblioteca e Editoração (DIBIE)</p> <p><b>b) UG SIAFI</b>  Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 090026  Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:  Conselho da Justiça Federal (CJF)</p>
<b>2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA</b>
<p><b>a) Unidade Descentralizada Responsável</b>  Nome do órgão ou entidade descentralizada: Senado Federal.  Nome da autoridade competente: Ilana Trombka  Número do CPF: 742.707.450-53  Nome da Secretaria/Departamento/Unidade responsável pela execução do objeto do TED: Coordenação de Biblioteca (COBIB)</p> <p><b>b) UG SIAFI</b>  Número e Nome da Unidade Gestora – UG que receberá o crédito: 20001  Número e Nome da Unidade Gestora Responsável pela execução do objeto do TED: Senado Federal</p>
<b>3. OBJETO</b>
Tornar disponível à Biblioteca do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CJF) o Sistema Informatizado de Gestão (SIB), administrado pela Biblioteca do Senado Federal, possibilitando a alimentação, a atualização e o uso do catálogo bibliográfico da RVBI, mediante a utilização de equipamentos de processamento de dados de sua propriedade.
<b>4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>Cumprir com o disposto no documento Projeto básico para o Termo de Execução Descentralizada da Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI, itens 4.1 Responsabilidades e obrigações da Biblioteca do Senado Federal e 4.2 Responsabilidades e obrigações do Prodasen;</li> <li>Garantir que a Biblioteca do Conselho da Justiça Federal (CJF) possa fazer uso do Sistema Informatizado de Gestão de Bibliotecas (SIB), administrado pela Biblioteca do Senado Federal, possibilitando a alimentação, a atualização e o uso do catálogo bibliográfico da RVBI;</li> <li>Cumprir com o disposto no item 3.3. Metas de produção do documento Anexo I - Normas para a participação de Bibliotecas Cooperantes.</li> </ol>
<b>5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED</b>
<p>A Biblioteca do CJF deseja aderir à Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, tendo em vista que o trabalho cooperativo, característico de redes de bibliotecas e realizado na RVBI, permite a ampliação e a democratização do acesso a informações bibliográficas de grande relevância, aumentando a eficácia nos resultados, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a multiplicação de recursos informacionais;</li> <li>- a complementariedade de acervos;</li> <li>- o compartilhamento do trabalho bibliotecário;</li> <li>- a economia de recursos;</li> <li>- a divisão de tarefas;</li> <li>- a ampliação de produtos e serviços.</li> </ul>
<b>6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO</b>
<p>A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?  ( ) Sim</p>





## SENADO FEDERAL

( x ) Não

**7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

(X) Direta, por meio da utilização da capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

(X) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

( ) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajuste ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundação de apoio, regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

**8. CUSTOS INDIRETOS (Decreto nº 10.246/2020, Art. 8º, §2º)**

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

( ) Sim (X) Não

**9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

METAS	Descrição	UM <sup>1</sup>	Qde	VU	VT	Início	Fim
META 1	Migrar os bancos de dados do sistema de gestão de bibliotecas em uso pela Biblioteca do CJF para o adotado pela Biblioteca/SF			R\$ 27.630,63	R\$ 27.630,63	01/11/2023	15/12/2023
PRODUTO	Não se aplica						
META 2	Utilizar plenamente o sistema de gestão de bibliotecas adotado pela Biblioteca/SF			R\$ 29.373,66	Valores anuais dependem da emissão de instrução normativa específica	15/12/2023	Não se aplica
PRODUTO	Não se aplica						

**10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

MÊS/ANO	VALOR
11/2023	R\$ 27.630,63 (relativo à meta 1)
Valor anual dependente da data de assinatura do TED	R\$ 29.373,79 (relativo à meta 2)
TOTAL	R\$ 57.004,42

**11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO – PAC**

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
A ser preenchido pela Secretaria de Contratações/SF	(Sim/Não)	
A ser preenchido pela Secretaria de Contratações/SF	(Sim/Não)	

**12. PROPOSIÇÃO**

Local e data

Nome e assinatura do responsável pela Unidade Descentralizada

**13. APROVAÇÃO**

Local e data

Nome e assinatura do responsável pela Unidade Descentralizadora

<sup>1</sup> Unidade de medida.





SENADO FEDERAL

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EU, ILANA TROMBKA, CPF nº 742.707.450-53, ocupante do cargo de Diretora-Geral do Senado Federal DECLARO, para fins de comprovação junto ao Conselho da Justiça Federal, nos termos do inciso V do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, sob as penalidades da lei, que o Senado Federal, possui capacidade técnica e competência institucional para executar o objeto proposto no Plano de Trabalho para o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 0023/2023.

A forma de execução dos créditos orçamentários, conforme Plano de Trabalho apresentado, foi considerada para a apresentação da presente declaração, nos termos do § 5º do artigo 16 do Decreto nº 10.426, de 2020.

Data	Nome e Cargo da Autoridade da Unidade Descentralizada, com competência para assinar o TED	Assinatura da Autoridade da Unidade Descentralizada, com competência para assinar o TED
__/__/2023	Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal	





SENADO FEDERAL

## ANEXO V

## DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE CUSTOS

EU, ILANA TROMBKA, CPF nº 742.707.450-53, ocupante do cargo de Diretora-Geral do Senado Federal, DECLARO, para fins de comprovação junto ao Conselho da Justiça Federal, nos termos do inciso IV do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, sob as penalidades da lei, que os valores dos itens apresentados no Plano de Trabalho para o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 0023/2023, apresentado pelo(a) Senado Federal, estão aderentes à realidade de execução do objeto proposto.

DECLARO, outrossim, que quaisquer desembolsos no âmbito da Unidade Descentralizada para execução do TED, mediante contratação de particulares ou celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres deverão ser obrigatoriamente precedidos dos procedimentos necessários para apuração da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

Data	Nome e Cargo da Autoridade da Unidade Descentralizada, com competência para assinar o TED	Assinatura da Autoridade da Unidade Descentralizada, com competência para assinar o TED
__/__/2023	Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal	



 O documento foi assinado por:

<b>RODRIGO GALHA</b>	<b>22/10/2023 17:10:59</b>	
<b>Nathália Villela Ventura Guimarães Ferreira</b>	<b>25/10/2023 13:37:18</b>	
<b>ILANA TROMBKA</b>	<b>25/10/2023 15:43:54</b>	

A assinatura digital deste documento é Válida e Confiável.

Para obter mais informações sobre o certificado usado para assinar digitalmente o documento clique em Detalhes.